

SC14610
88/9/12

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

CONSELHO EXECUTIVO
Vigésima Sétima Sessão Ordinária
7 - 12 de Junho de 2015
Joanesburgo, África do Sul

EX.CL/897(XVII)
Original: Inglês

**PROJECTO DA MATRIZ DAS MODALIDADES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DAS CONCLUSÕES DO
QUARTO RETIRO CONJUNTO DA COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA (CUA) E DO COMITÉ DOS
REPRESENTANTES PERMANENTES (CRP)**

A. SOBRE O “TRABALHO EM CONJUNTO RUMO À INTEGRAÇÃO”

	RECOMENDAÇÕES/CONCLUSÕES	ACÇÃO TOMADA/A SER REALIZADA	ACTORES PROPOSTOS	RESULTADOS	PRAZO	OBSERVAÇÕES
1	i) Recomendar aos órgãos de tomada de decisão dos Estados-membros e da Comissão para que tenham a Integração como parte do seu mandato principal, e devem apresentar um relatório sobre como as suas principais funções contribuem para a integração.	<ul style="list-style-type: none"> • O Retiro da CUA (14-16 de Fevereiro de 2015) reafirmou que a razão de ser da UA é a integração; • Implementação do Tratado de Abuja e do Programa de Integração Mínima que são projectos transversais • A integração deve fazer sempre parte da Agenda da Conferência e ser debatida em sessão à porta fechada 	CUA/CRP	Concretização gradual da integração	Contínuo	A integração é a razão de ser da União Africana, pelo que, deve constituir sempre, o enfoque dos debates
2	ii) Criar e promover a mentalidade Pan-africana por meio da educação formal e informal e aumento da visibilidade e notoriedade da União Africana entre os cidadãos africanos, a fim de acelerar a integração.	<ul style="list-style-type: none"> • Sextas-feiras da Comissão, a serem organizadas conjuntamente pela CUA e CRP - normalmente organizadas pelo Departamento de Assuntos Económicos irá discutir todos os temas relacionados com a Agenda 2063; • Incentivar os Estados-membros a entoar o Hino da UA e hastear a Bandeira da UA; 	CUA/CRP	• Estados-membros e outras partes interessadas devidamente sensibilizados a respeito da Agenda 2063 da UA, o seu Plano de Implementação do Primeiro Decénio e todos os principais programas e projectos da UA	Contínuo Durante o Primeiro Decénio do Plano de Implementação	Os Estados-membros devem ser encorajados a hastear também nos seus carros a bandeira da UA ao lado das suas bandeiras nacionais <ul style="list-style-type: none"> • Tornar a UA mais visível para os cidadãos africanos • O Departamento de Comunicação e informação devem usar as

		<ul style="list-style-type: none"> • Os Estados-membros devem identificar os pontos focais nacionais e comunicar os contactos à CUA. 		<ul style="list-style-type: none"> • Mais visibilidade e aplicação dos símbolos da UA pelos Estados-membros e cidadãos • Garantir comunicação de qualidade e regular por ou actores ao nível baixo 		<p>suas verbas atribuídas para o efeito</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ter uma Rádio/TV dedicada à UA; • Necessita de garantir distribuições geográficas equitativas das instituições/actividades da UA <p>As secretarias da UA nos Estados-membros devem comunicar sobre os programas e actividades principais da UA;</p>
	<p>i) Recomendar a criação de pontos focais nacionais para promover o trabalho da UA e divulgar a agenda de integração.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Promover séries de Clubes da UA e Modelos da UA a nível nacional, CER e continental; • Produção de documentários de rádio e TV adequados a nível nacional; • A CUA deve designar funcionários como Ponto Focal no Secretariado das CER; • Recordar a implementação da recomendação dos Ministros responsáveis pela Integração sobre a 	CUA/CRP	<ul style="list-style-type: none"> • Maior viabilidade em prol de uma melhor participação dos cidadãos nos assuntos da UA <p>Interação amena, sinergia e complementar a nível nacional, regional e continental</p>		<p>A UA deve providenciar mensagens relevantes para a disseminação por Estados-membros no seio dos seus países</p> <ul style="list-style-type: none"> • A CUA deve produzir programas de rádio/TV para serem disseminados no seio dos Estados-membros

		criação de Ministérios/estruturas de Integração a nível nacional				<ul style="list-style-type: none"> • Os esforços a nível regional devem ser ampliados ao nível continental. Há necessidade de se promover um Índice de Integração.
3	i) Colocar a Integração no trabalho do CRP e da Comissão da UA, através da monitorização e actualizações periódicas sobre o estado e desafios da integração.	<ul style="list-style-type: none"> • A CUA e o CRP devem desenvolver uma matriz para o acompanhamento da implementação das decisões e é feita a apresentação de relatórios a cada Cimeira. A matriz tem duas partes: 1ª Parte a ser concluída pela Comissão; e a 2ª Parte 2, pelos Estados-membros; • O CRP deve sensibilizar os Estados-membros sobre a necessidade de preencher a matriz e apresentar relatórios sobre a implementação das decisões 	CUA/CRP	Plano de Desenvolvimento do Primeiro Decénio		<ul style="list-style-type: none"> • A maior parte da implementação ocorre a nível nacional e regional • Avaliação do desempenho dos Estados-membros na implementação das decisões relativas à integração, disseminadas no esforço de sensibilização

B. SOBRE A “PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E REFORÇO DAS RELAÇÕES ENTRE A CUA E O CRP”

	RECOMENDAÇÕES/CONCLUSÕES		ACTIVIDADES PROPOSTAS PARA IMPLEMENTAÇÃO	ACTORES PROPOSTOS	RESULTADO	PRAZO	OBSERVAÇÕES
1	Questões de capacidade institucional: Comissão da União Africana	a. Gestão de Recursos Humanos: sistema de recrutamento transparente, profissional e justo; racionalização dos procedimentos de retenção e desvinculação; implementação do sistema de quotas; planificação da sucessão; gestão de desempenho, com consequências, recompensas ou sanções apropriadas; mobilidade do pessoal (dentro do contexto da estrutura aprovada), motivação e satisfação no trabalho e promoção do multilinguismo entre os funcionários da UA.	<ul style="list-style-type: none"> • Está em curso uma avaliação estrutural para analisar todos esses aspectos; • A CUA deve esclarecer e informar acerca de todas as questões aludidas na coluna relativa aos procedimentos e as acções específicas tomadas nesse sentido; • A CUA deve introduzir procedimentos sólidos e transparentes para abordar tais questões. 	CUA/CRP	Estruturas dinamizadas, ferramentas de Gestão dos Recursos Humanos, procedimentos e métodos de trabalho		<ul style="list-style-type: none"> • Há necessidade de garantir que o Subcomité de Questões Administrativas e Orçamentais funcione adequadamente.

		<p>b. Revisão estrutural da CUA, com vista a garantir o cumprimento eficaz e eficiente do seu mandato, incluindo a revisão da Estrutura de Maputo.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Parte do exercício de reestruturação • Exercício contínuo levado a cabo pelo Subcomité de Estruturas e Consultores 	<p>CUA/CRP</p>			<ul style="list-style-type: none"> • As novas estruturas devem ter como fundamento a racionalização dos trabalhos dos Órgãos da UA em torno da Agenda 2063 e do seu Plano de Implementação do Primeiro Decénio
		<p>c. Analisar se o número actual de Comissários é adequado (levantado no Relatório de Adedeji), em relação ao Mandato da Comissão, conforme estabelecido no Acto Constitutivo e no Estatuto da Comissão.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Em curso o processo de revisão do Regulamento Interno dos órgãos deliberativos para incluir esse aspecto • Estão em curso os preparativos para o Retiro Ministerial agendado para 12-13 de Maio de 2015 em Mekelle, Etiópia; • Avaliação da capacidade da CUA em relação à implementação da Agenda 2063 da UA a ser realizada pela ACBF; • Necessidade de estabelecer horizontes temporais específicos para este exercício de revisão 	<p>CUA/CRP</p>			<p>Esta tem uma relação com todo o exercício de reestruturação que deve analisar igualmente o número de portfólios e a revisão do Estatuto da Comissão</p> <p>A avaliação da ACBF e exercício devem ser sincronizados com o exercício que a está a ser realizado pela CUA</p>

		d. Reforço dos arquivos da UA para garantir a continuidade, a memória institucional e a preservação da história.	<ul style="list-style-type: none"> Foi desenvolvida uma proposta do projecto para reviver, revitalizar, modernizar e padronizar as operações e serviços dos arquivos da CUA 	CUA	Gabinete efectivo e eficaz	Como uma prioridade	O Gabinete do Secretário-geral é fulcral, dado o seu mandato, logo a importância do mesmo ser munido de capacidade para uma execução eficiente e eficaz
--	--	--	--	-----	----------------------------	---------------------	---

		<p>e. Reforço do Gabinete do Secretário-Geral, com a disponibilização de uma estrutura, pessoal e equipamento adequados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Parte do exercício de reestruturação • Necessidade de se indicar claramente os défices, a força de trabalho necessária para priorizar acção sobre este requisito • O OSGC deve manter estreita colaboração com o consultor por forma a apresentar uma estrutura adequada • Reduzir o número de pontos da agenda a fim de focar as questões centrais e reduzir o número e a frequência de reuniões, bem como a fusão de algumas delas • Cumprir com os prazos para apresentação de relatórios por parte da CUA à análise do CRP logo que forem elaborados • Durante as reuniões, há necessidade de se limitar aos horários acordados, sem, necessariamente prolongá-los; • Reduzir o número de oradores, incluindo as cerimónias de abertura 	<p>CUA, em colaboração com o CRP e o seu Subcomité de Estruturas e de Questões Administrativas, Orçamentais e Financeiras (AOF)</p>			
--	--	--	--	---	--	--	--

		<p>f. Reforço da Direcção de Conferências, incluindo os serviços de impressão, tradução e interpretação, para garantir a circulação atempada dos documentos em todas as línguas de trabalho da UA</p>	<p>Acompanhamento com o Gabinete do Vice-presidente para apresentação de relatórios</p> <ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de se coordenar com o Gabinete do Secretário-geral em relação a esse processo • Providenciar pessoal adequado e competente • Providenciar o equipamento necessário • Garantir a racionalização das reuniões 	<p>CUA, em cooperação com o CRP e seus subcomités relevantes (Estruturas e AOF)</p>	<p>Sistemas efectivos e eficazes</p>	<p>A supervisão geral deve ser levada a cabo pelo Gabinete do Vice-Presidente, sendo, contudo, importante a colaboração com o Gabinete do Secretário-geral que, por sua vez, desenvolve as funções de secretariado da CUA</p>
--	--	---	---	---	---	---

2	<p>Questões de capacidade institucional: Comité de Representantes Permanentes</p>	<p>a. Prestar apoio de secretariado ao CRP e CPS, bem como espaço de escritório para os Presidentes do CRP e CPS</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforço da capacidade do OSGC com os recursos humanos necessários para prestar serviço ao CRP e órgãos de tomada de decisão superiores (Conselho Executivo e Conferência) – Parte da Revisão da Estrutura; • A CUA irá garantir a disponibilização de espaço nas instalações de escritórios disponíveis para os Presidentes do CRP e CPS; • Necessidade de racionalização do trabalho de todos os órgãos, incluindo os procedimentos. • Necessidade de racionalização das parcerias e, por conseguinte finalizar o estudo 	<p>CUA, em cooperação com o CRP e seus subcomités relevantes (Estruturas e AOF)</p>	<p>Forma mais eficaz de desempenho e melhor coordenação entre os órgãos</p>	<p>Contínuo</p> <p>O estudo deve ser apresentado diligentemente e pela CUA ao Subcomité de Cooperação multilateral para as devidas recomendações ao CRP e órgãos superiores</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O CRP, como órgão que prepara as sessões do Conselho Executivo até a Conferência, é requerido a ser um Órgão mais eficiente e eficaz, de forma a garantir o trabalho dos órgãos superiores é adequadamente facilitado; • A questão do quórum deve ser resolvida de forma efectiva, visto que presume-se que os Estados-membros sejam permanentemente representados na UA; • Caso necessário, o Regulamento Interno deve ser revisto por forma a resolver esta questão recorrente de uma maneira mais adequada
---	--	--	--	---	--	--	--

		<p>b. Mais debates temáticos no CRP sobre questões estratégicas e substanciais, para garantir debates sólidos antes das questões serem levadas à Cimeira.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O CRP deve apresentar propostas, em conjunto com a Comissão, sugerindo alguns temas estratégicos a serem debatidos, especialmente à luz das decisões sobre a Agenda 2063 • Necessidade da Conferência debater as questões de integração (livre circulação de pessoas) paz e segurança, implementação de tratados e decisões, financiamento da UA, parcerias, entre outros aspectos a serem identificados • Necessidade do CRP ser regularmente informado pelos Comissários da UA a respeito dos principais acontecimentos nas suas áreas de competência, a fim de facilitar o envolvimento constante e estratégico dos Estados-membros em relação ao mesmo. • Necessidade de sistematizar a actual prática de se prestar informação ao CRP pela Presidência mensal do CPS, de modo a garantir o envolvimento constante de todos os Estados-membros quantos a estas questões importantes 	<p>Mesa do CRP, com o apoio do OSGC e da Comissão como um todo</p>	<p>Um CRP eficiente e eficaz</p>	<p>Contínuo</p>	<p>Espera-se que o CRP faça as recomendações necessárias com o apoio da CUA</p>
--	--	---	--	--	----------------------------------	-----------------	---

		<p>c. Apoio aos Presidentes dos Subcomités pelos peritos técnicos da CUA.</p>	<ul style="list-style-type: none"> Já foi acordado que os Departamentos Focais são designados a prestar serviço aos subcomités do CRP, para proporcionar experiência de uma forma constante, trabalhando em estreita colaboração com os respectivos Presidentes dos Subcomités sobre as suas necessidades 	<p>Departamentos em causa, em coordenação com os Presidentes dos Subcomités</p>	<p>Subcomités do CRP eficientes e eficazes</p>	<p>Contínuo</p>	<p>•Onde os Subcomités são constituídos por todos os Estados-membros, estes devem participar na íntegra para aliviar os debates do CRP sobre certos assuntos e não tornarem-se repetitivos, visto espera-se pelo contributo dos Estados-membros; Conforme acima mencionado, a tendo em conta a questão do quórum, presumindo-se que todos os Estados-membros encontram-se permanentemente representados na UA, devendo, ainda a CUA asseverar-se de que as notificações das reuniões cumprem com os prazos estabelecidos</p>
--	--	---	--	---	--	-----------------	--

	<p>d. A avaliação das contribuições dos Estados-membros deve estar em consonância com o ciclo orçamental.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Fornecer informações oportunas sobre o estado das contribuições e enviar lembretes se e quando necessário • Os Estados-membros devem pagar as suas contribuições oportunamente e obedecer as regras, com vista a melhorar a eficácia da União • Necessidade de implementar a decisão sobre a revisão do regime de sanções • Necessidade de se introduzir um roteiro sobre a implementação da decisão da Conferência sobre Fontes Alternativas de Financiamento • Necessidade de racionalizar as intervenções e garantir a plena responsabilização por tais fundos desses e; a este respeito, levar a cabo uma avaliação abrangente e transparente da sua utilização e áreas de intervenções, de forma a avaliar o seu impacto, mais-valia e beneficiação • Convocar pelo menos 2 reuniões entre o CRP e a CUA com o objectivo de monitorizar o progresso na implementação das decisões 	CUA	<p>Garantir o financiamento adequado de todas as actividades da União</p>		<p>Há necessidade de utilização judiciosa de fundos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Cabe ao CRP monitorizar a implementação das Decisões por parte da CUA, bem como as suas actividades a este respeito;
--	---	---	-----	---	--	--

3	Interacção entre os Representantes Permanentes e suas capitais	a. Informações oportunas sobre as actividades, contribuições e mandatos exigidos.	<ul style="list-style-type: none"> • Informações regulares fornecidas ao CRP pela Comissão sobre os novos desenvolvimentos; a Comissão deve informar ao CRP, de forma atempada, sobre questões emergentes e de emergência 	CUA como um todo, OSGC como Escritório de Coordenação para a comunicação com dos Estados-membros			
---	---	---	---	---	--	--	--

4	Métodos de Trabalho	<p>a. Determinação da orientação política e do processo de formulação de políticas na União recai sobre os Estados-membros, sob autoridade da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Em conformidade com a Decisão <i>Assembly/AU/Dec.567(XIV)</i> sobre a Racionalização das Cimeiras da UA e dos métodos de trabalho dos Órgãos da UA, propor medidas duradouras para melhorar os métodos de trabalho, racionalizando as agendas e decisões dos órgãos deliberativos, política de convites para os parceiros externos, melhoria da gestão do tempo, redução dos eventos à margem/paralelos; revisão do Regulamento Interno, conforme for necessário, para melhorar os métodos e procedimentos de trabalho. • Conforme acima mencionado, enfatizar a necessidade de se tomar uma decisão sobre um quórum permanente tal como dá-se o caso das Nações Unidas, tendo em vista o facto de que os Embaixadores são Representantes Permanentes junto da UA • A necessidade de encontrar formas para garantir que as reuniões do CRP prossigam caso haja ausência de membros da Mesa, tendo em vista 	CUA/OSGC/OLC em consulta com o CRP	Um eficiente CRP	EX-CL/897(XVII)	<p>Retiro Ministerial, agendado para 12 – 13 de Maio de 2015, deverá rever todas as propostas destinadas a racionalizar as Cimeiras da UA, conforme solicitado pela Conferência em Janeiro de 2015 e deverá ser apresentado um relatório à Conferência em Junho de 2015</p>
---	----------------------------	---	--	------------------------------------	---------------------	-----------------	---

		<p>b. Relatórios e documentos a serem preparados pontualmente, nas línguas de trabalho adequadas</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os Departamentos devem, periodicamente, cumprir com os prazos estabelecidos pelo OSGC; Documentos devem ser disponibilizados aos Estados-membros, pelo menos, 30 dias antes das reuniões da Cimeira; 5 dias para as reuniões habituais do CRP; Circulação imediata dos documentos que estejam prontos para a discussão pelo CRP, sem esperar pela maratona de reuniões preparatórias antes da Cimeira 	<p>CUA como um todo; sob coordenação do OSGC</p>			
		<p>c. As decisões e conclusões aprovadas pelos Estados-membros e órgãos deliberativos durante as reuniões não devem ser modificadas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Devem ser feitos resumos no final de cada reunião do CRP, a serem acordados por este, garantindo que não haja alteração do mesmo; entendendo-se que os Órgãos superiores, ou seja, o Conselho Executivo ou Conferência podem analisar as propostas e/ou recomendações de acordo com as suas prerrogativas na tomada das suas decisões finais 	<p>CUA como um todo; sob coordenação do OSGC</p>			

6	<p>Racionalização dos Programas da Cimeira para melhorar a eficácia</p>	<p>a. Racionalização das Agendas das duas Cimeiras Anuais, na Cimeira de Janeiro, para lidar com políticas (Grupo de Reflexão) e na Cimeira de Julho, para lidar com a implementação.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A CUA irá apresentar propostas no momento apropriado • Necessidade de limitar o número de oradores nas cerimónias de abertura e de encerramento, em harmonia com o regulamento e suprimir a prática anterior; • Necessidade de garantir que as reuniões iniciam e terminam à tempo, respeitando-se os limites de tempo (3 minutos para o CRP e Conselho Executivo e 5 minutos para a Conferência, exceptuando os apresentadores aos quais poder-se-ão conceder 7-10 minutos) • Necessidade de se rever de forma crítica, a lista dos convidados, em particular os convidados especiais, incluindo os parâmetros da sua participação e frequência, para se evitar que haja sempre os mesmos convidados, particularmente, nos casos em que os Estados-membros dedicam-se aos encontros bilaterais durante a Cimeira e, por conseguinte, interrompendo a plena participação nos debates da UA; tais encontros bilaterais 	<p>A CUA e o CRP deverão chegar a acordo sobre as questões a serem propostas para cada uma das</p>	<p>Métodos de trabalho eficientes e eficazes</p>	<p>de e Contínuo</p>	<p>Trabalho em Curso EX-CL/897(XVII) Pág. 16</p>
---	--	---	--	--	--	----------------------	--

		<p>a. Melhoria dos processos de tomada de decisão através da implementação e com base na Decisão da Cimeira de Malabo de 2011, que aprova as Orientações sobre a Preparação, Aprovação e Apresentação de Relatórios sobre a Implementação das Decisões. Melhoria da gestão de elaboração, através do desenvolvimento de termos de referência, para que os Estados-membros assumam a propriedade plena do Comité de Redacção, para que haja coerência e integridade nas Decisões apresentadas aos diferentes órgãos durante as Cimeiras.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Foi obtida a implementação gradual. • Necessidade de melhorar à medida que avançamos rumo ao respeito pleno das orientações adoptadas em Malabo Decisão EX.CL/Dec.650(XVII) (Julho de 2011) 	<p>CUA/OSGC</p>			<p>A maioria da implementação ocorre a nível nacional</p>
--	--	---	--	-----------------	--	--	---

		<p>b. Racionalização das reuniões dos Comitês da Conferência e do Conselho Executivo, tais como a Cimeira do Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares, Comité dos Dez, Comité dos Chefes de Estado e de Governo sobre Alterações Climáticas (CAHOSCC), Comité Ministerial de Candidaturas, Comité Ministerial Ad Hoc sobre a Tabela de Avaliação, para se tornarem anuais, ao invés de a cada Cimeira, e do Comité de Orientação dos Chefes de Estado e de Governo (HSGOC) da NEPAD, a ser realizada numa das duas Cimeiras e uma vez em qualquer outro país membro do HSGOC</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Necessidade de continuar a propor a mesma linha de acção, embora algumas Comitês continuem a insistir que se devem reunir, como aconteceu durante a Cimeira de Janeiro de 2015; • A CUA e o CRP devem avançar com propostas específicas para as reuniões dos Comitês 	<p>CUA/CRP</p>			<p>Será apresentado um projecto à Comissão antes da apresentação aos órgãos superiores</p>
--	--	---	---	----------------	--	--	--

		<p>c. Racionalização do tempo atribuído aos oradores convidados, número de observadores e convidados para garantir maior eficiência das Cimeiras e reduzir o número de eventos paralelos durante as Cimeiras. Os convidados devem ser convidados apenas para a Sessão de Abertura, e desencorajar reuniões bilaterais, nas instalações da Cimeira.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Continuar com os esforços para limitar as intervenções dos Convidados em estrita observância do Artigo 10º do Regulamento Interno, excepto em situações em que haja valor acrescentado e benefício para o tema em debate 	<p>CUA/OSGC</p>			
		<p>d. Garantia de maior participação das principais partes interessadas da UA nos eventos paralelos – mulheres, juventude, empresas, sociedade civil, e garantir que sejam elaborados perfis das agências e instituições especializadas da UA e instituições regionais durante essas reuniões.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Isto será aplicado com a redução do número de eventos paralelos, de modo a não sobrecarregar a Agenda da Cimeira e evitar a proliferação de decisões que não podem ser implementadas 	<p>CUA/OSGC</p>			<p>Será apresentada uma proposta antes da próxima Cimeira</p>

		<p>e. Operacionalização dos Comitês Técnicos Especializados (CTE)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os CTE estão a ser operacionalizados; • Racionalização das Agendas dos vários CTE com base nas prioridades para 2015-2016, Plano Estratégico para o período de 2014-2017 e Agenda 2063 	<p>CUA/Todos os Departamentos focais devem manter uma estreita cooperação para uma melhor harmonização</p>			
--	--	---	---	--	--	--	--

7	Comunicações	<p>a. Comunicações com os cidadãos africanos: levantar com os Ministros competentes, instituições regionais e do sector privado, a necessidade de sessões regulares de informações sobre os programas da UA nas emissoras nacionais e privadas para que a UA informe, comunique e envolva os cidadãos africanos</p>	<p>1. Articulação com os Estados-membros:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Ponto a ser incluído no CTE sobre Comunicações e TIC, no sentido de sensibilizar os Ministros sobre a necessidade de abertura dos seus serviços públicos de radiodifusão regularmente para as actividades, mensagens e programas da UA; • Nota Verbal para todos os Estados-membros que ainda não o fizeram, para nomear um funcionário/diplomata nas suas Embaixadas em Adis Abeba como ponto focal de comunicações e informações. O ponto focal de comunicações do Estado-membro será o ponto de ligação entre o Estado-membro e a UA (DIC). Encarregado a trabalhar em estreita colaboração com a DIC, irá fazer o acompanhamento das actividades da UA, recolher e enviar as informações úteis para a emissora local. Esse “mecanismo” específico irá reforçar o sistema de comunicações da UA; • Nota Verbal para os Ministros responsáveis pela Informação e Comunicação (Comunicação Social) 	DIC/Grupo de Comunicações da			EX.CL/897(XVII) Pág. 21
---	--------------	---	---	------------------------------	--	--	----------------------------

			<p>2. Vínculo com as Organizações da Sociedade Civil (OSC):</p> <ul style="list-style-type: none">• Através do ECOSOCC: Organizar campanhas de sensibilização para o envolvimento activo das OSC africanas no continente e na Diáspora na visibilidade da UA;• Criar o grupo principal de jornalistas amigos junto da UA, como parte da ligação da comunicação social que será um grupo de emissoras nacionais e PCA da TV/Imprensa/Rádio etc., a nível nacional;• A UA deve produzir programas de vídeo/áudio e documentários sobre a UA a serem distribuídos aos Ministérios da Comunicação via CRP;• Articular com os organizadores de eventos nos territórios nacionais quando haja participação de delegações da UA ou organização de uma reunião nos Estados-membros para prestar ampla cobertura e programas de TV/rádio ao vivo sobre questões temáticas a serem abordadas pelas pessoas de recurso da CUA.				
--	--	--	--	--	--	--	--

		<p>a. Investimentos e melhor utilização das tecnologias para promoção de comunicações eficazes para a CUA, CRP e Sede da UA.</p>		<p>CUA/MIS</p>			
		<p>b. Garantir a distribuição atempada dos documentos e relatórios em todas as línguas de trabalho da UA.</p>	<p>Todos os documentos oficiais da UA recebidos pela DIC são colocados de forma oportuna na Página da UA na Internet e disponíveis para ser baixados facilmente por todos os usuários, caso necessário. A DIC está a fazer circular informações em correio electrónico para todas as Embaixadas, logo que um Comunicado de Imprensa ou qualquer Nota Informativa sejam emitidos. Os correios electrónicos alertam igualmente as Embaixadas dos Estados-membros sobre a transmissão ao vivo de produtos visuais e de áudio.</p>	<p>DIC</p>			

		<p>c. Para melhorar a implementação das decisões da UA e divulgação da Agenda de Integração, os Estados-membros devem ser encorajados a criar mecanismos de comunicações, implementação e monitorização a nível nacional</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Por favor, consulte o ponto 1 acima. 	<p>CUA/CRP</p>			
		<p>d. Adicionar páginas da internet para os Presidentes da UA e do CRP na página da internet da UA, incluindo informações sobre os anteriores presidentes.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Isto já foi feito para o Gabinete da Presidente; • Logo que o Gabinete do Presidente do CRP seja criado, o CRP poderá igualmente ter a sua página na internet. 	<p>CUA/CRP</p>			
		<p>e. Sessões de informação mensais da Comissão e Sessões de informação regulares/trimestrais da Presidente, Vice-Presidente e Comissários da Comissão para o CRP.</p>	<p>Em curso</p>	<p>CUA em coordenação com o CRP</p>			

8	Igualdade do Género	<p>a. Envolver mais mulheres na mediação e diplomacia preventiva, a fim de melhorar a imagem da UA como modelo na igualdade do género</p> <p>b. Garantir, igualmente, que as mulheres prestem os seus contributos em todas esferas socioeconómica e política</p>	Em curso	<p>A WGDD e o PSD devem propor as formas</p>			
---	----------------------------	--	-----------------	---	--	--	--

2015

Draft matrix of modalities for implementation of the conclusions of the 4th joint retreat of the AUC and the PRC

African Union

African Union

<http://archives.au.int/handle/123456789/4721>

Downloaded from African Union Common Repository